



Estado do Ceará  
Prefeitura Municipal de Barroquinha  
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº. 351/2010 DE 10 DE JUNHO DE 2010.

Dispõem sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária do exercício de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARROQUINHA, ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Barroquinha, para o exercício de 2011, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual 2010 a 2013.

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**CAPITULO I**  
**DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2010 a 2013, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estão identificadas no Anexo I desta Lei.

**Art. 3º** - Fica o Poder Executivo autorizado, conforme estabelece o art. 9º, § 4º da LRF, a realizar o desdobramento das metas fiscais, em metas quadrimestrais, sua demonstração e avaliação de seu cumprimento em audiência pública.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 4º** - As prioridades e metas da Administração Municipal, para o exercício financeiro de 2010, são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei (art. 165, § 2º da Constituição Federal).

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2011 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo II desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2011, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

**CAPÍTULO III**  
**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 5º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2011 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

**Art. 6º** - A Lei Orçamentária para 2011 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquias e



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados o seguinte:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320/1964 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/1985);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3 da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo 3 da Lei 4.320/1964 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/1985);

V – Programa de Trabalho (Adendo 5 da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 6 da Lei 4.320/1964 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/1964 e Adendo 6 da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei 4.320/1964 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/1985);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320/1964 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/1985);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamentos, denominada QDD;



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no art. 12 da LRF;

XII – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da LRF (art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2011 com indicação das medidas de compensação (art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no art. 22 da Lei 4.320/1964;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais, Investimentos das empresas e da Seguridade Social (art. 165, § 5º da Constituição Federal);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2011 (art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público (art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2011 (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§ 1º - O orçamentos da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade próprios.

§ 3º - O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto-legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo.



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 7º** - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/1964, conterà:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados, identificando o estoque da Dívida Ativa (Princípio da Transferência, art. 48 da LRF);

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa a nível de Função e Grupo de Natureza, dos últimos cinco exercícios e fixada para 2010 a 2013 (Princípio da Transferência, art. 48 da LRF);

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa (Princípio da Transferência, art. 48 da LRF);

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2005 a 2008 (arts. 20, 71 e 48 da LRF);

VI – Quadro Demonstrativo das Despesas com Serviços de Terceiros e seu Percentual de Comprometimento das Receitas Correntes Líquidas, de 2005 e 2008 (art. 72 da LRF);

VII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212 da Constituição Federal e 60 dos ADCT);

VIII – Demonstrativo dos Recursos Vinculados a Ações Públicas de Saúde (art. 77 dos ADCT);

IX – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2005 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF);

X – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2007, 2008 e 2010 (Princípio da Transparência, art. 48 da LRF).



Estado do Ceará  
Prefeitura Municipal de Barroquinha  
Gabinete do Prefeito

**CAPÍTULO IV**  
**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS**  
**ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 8º** – Os Orçamentos para o exercício de 2011 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte, abrangendo os poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos (arts. 1º, § 1º, 4º, I, “a” e 48 da LRF);

**Art. 9º** - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras em que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 6º, X desta Lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

**Art. 10** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2011 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

**Parágrafo Único** – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF)..

**Art. 11** - Se a receita estimada para 2011, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e a consequente adequação do orçamento da despesa.



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 12** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

**Parágrafo Único** – Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 13** - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2011, poderão ser expandidas em até 12%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2010 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado no Anexo I.5 desta Lei.

**Art. 14** - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2010.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 15** - Os orçamentos para o exercício 2011 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2010, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 16** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 17** - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 18** - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2011 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo (art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 19** - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2011, constantes do Anexo I.5 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 20** - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70. parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 21** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

**Parágrafo Único** – Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2011, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 22** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

**Parágrafo Único** – As obras em andamento e os outros programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

**Art. 23** - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 24** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2011 a preços correntes.

**Art. 25** - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

**Parágrafo Único** – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

**Art. 26** - Durante a execução orçamentária de 2011, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2011 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 27** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Parágrafo Único** – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, I, “e” da LRF).

**Art. 28** - Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2011 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).



Estado do Ceará  
Prefeitura Municipal de Barroquinha  
Gabinete do Prefeito

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 29** - A Lei Orçamentária de 2011 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (arts. 30, 31 e 32 da LRF).

**Art. 30** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, I da LRF).

**Art. 31** - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 29 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 11 desta Lei (art. 31, § 1º, II da LRF).

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 32** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2011, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2011.

**Art. 33** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2011, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2010, acrescida de até 10%, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 34** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 35** - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas-extras.
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 36** - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Barroquinha, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 37** - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 38** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14, § 3º, da LRF).

**Art. 39** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação. (art. 14, § 2º, da LRF).

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 40** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Constituição Estadual, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 30/10/2010.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “*caput*” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2011, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2010, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

**Art. 41** - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.



**Estado do Ceará**  
**Prefeitura Municipal de Barroquinha**  
**Gabinete do Prefeito**

---

**Art. 42** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 43** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 44** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA**, aos 10 de junho de 2010.

  
**ADEMAR PINTO VERAS**  
*Prefeito Municipal*

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE BARROQUINHA

Função: 01 - LEGISLATIVA

Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

Programa: 0001 - ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Ação: 0001 - Funcionamento do Legislativo Municipal

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 662.160,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 662.160,00

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0002 - ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO

Ação: 0002 - Representação do Município

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 526.700,00

Subfunção: 131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL

Programa: 0003 - COORDENACAO E INTEGRACAO ADMINIST E DIVULGACAO DAS ACOES DA

Ação: 0003 - Coordenação e integração das atividades administrativas e políticas e divulgação das ações da Prefeitura

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 300.980,00

---

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 827.680,00

---

Órgão: 03 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENACAO

---

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

---

Subfunção: 121 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

---

Programa: 0004 - PLANEJAMENTO E COORDENACAO DOS PROJETOS E ATIV DE TODAS AS

---

Ação: 0004 - Planejamento e Coordenação das atividades administrativas das unidades gestoras

---

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 60.190,00

---

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 60.190,00

---

Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

---

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

---

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

---

Programa: 0005 - PROGRAMA DE GESTAO PUBLICA

---

Ação: 0005 - Gerenciamento e execução das atividades administrativas

---

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 578.070,00

---

Subfunção: 123 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

---

Programa: 0006 - PROGRAMA DE GESTAO E CONTROLE DAS FINANÇAS PUBLICAS

---

Ação: 0007 - manutenção das atividades dinanceiras e tributarias

---

*Ademar*

---

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	150.490,00

---

Subfunção: 124 - CONTROLE INTERNO

---

Programa: 0006 - PROGRAMA DE GESTAO E CONTROLE DAS FINANÇAS PUBLICAS

---

Ação: 0006 - controle e execução orçamentaria, contabilidade e controle interno

---

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	148.120,00

---

---

TOTAL DO ÓRGÃO	Valor 2010	876.680,00
----------------	------------	------------

---

Orgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

---

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

---

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

---

Programa: 0007 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

---

Ação: 0008 - manutenção das atividades de apoio logístico e administrativo

---

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	279.500,00

---

Função: 15 - URBANISMO

---

Subfunção: 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA

---

Programa: 0008 - PROGRAMA DE INFRA ESTRUTURA VIARIA URBANA

---

Ação: 0009 - Construção e conservação das vias urbanas

---

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	217.100,00

---

*Ademar*

---

Ação: 0010 - manutenção das vias urbanas

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 130.000,00

Programa: 0010 - PROGRAMA DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE CEMITERIOS

---

Ação: 0014 - manutenção e conservação dos cemitérios

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 22.550,00

Programa: 0012 - PROGRAMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

---

Ação: 0017 - Construção de praças, logradouros e calçadas

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 107.490,00

---

Ação: 0018 - manutenção de praças, logradouros e calçadas

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 129.670,00

---

Função: 17 - SANEAMENTO

---

Subfunção: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO

---

Programa: 0011 - PROGRAMA DE LIMPEZA PUBLICA

---

Ação: 0015 - limpeza de vias e logradouros publicos

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 482.670,00

---

Ação: 0016 - Construção e manutencao de aterro sanitario

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1

Valor total: 65.000,00

Programa: 0015 - PROGRAMA DE ABASTECIMENTO D'AGUA

*Adriana*

Ação: 0023 - perfuração e aparelhamento de poços

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	75.075,00

Ação: 0024 - manutenção do sistema de abastecimento da água

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	68.250,00

Função: 20 - AGRICULTURA

Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO

Programa: 0014 - PROGRAMA DE ABASTECIMENTO

Ação: 0021 - construção, aplicação e reforma de mercados e matadouros

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	52.670,00

Ação: 0022 - manutenção dos mercados e do matadouro

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	45.140,00

Função: 25 - ENERGIA

Subfunção: 752 - ENERGIA ELETRICA

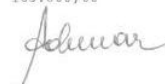
Programa: 0013 - PROGRAMA DE ENERGIA ELETRICA E ILUMINACAO PUBLICA

Ação: 0019 - Construção de linhas elétricas

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	122.850,00

Ação: 0020 - iluminação de vias e logradouros públicos

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	163.800,00



Função: 26 - TRANSPORTE

Subfunção: 782 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 0009 - PROGRAMA DE ESTRADAS MUNICIPAIS

Ação: 0011 - Construção e conservação de estradas

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	130.000,00

Ação: 0012 - manutenção de estradas

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	195.000,00

Ação: 0013 - Construção de passagens molhadas

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	130.000,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 2.416.765,00

Órgão: 06 - SECRETARIA DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0016 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Ação: 0025 - manutenção das atividades de apoio logístico e administrativo

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	45.147,00

Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL

Subfunção: 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Programa: 0018 - Programa de Preservação ao Meio Ambiente



desenvolver atividades para a conservação do meio ambiente

Ação: 0027 - projetos e atividades voltados para a conservação ambiental

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	18.059,00

Função: 23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS

Subfunção: 695 - TURISMO

Programa: 0017 - PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Ação: 0026 - apoio as atividades turisticas no municipio

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	37.623,00

TOTAL DO ÓRGÃO Valor 2010 100.829,00

Órgão: 07 - SECRETARIA DO TRABALHO E DESENV. SOCIAL

Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Programa: 0021 - PROG DE ASSIS AS CRIANCAS E ADOL SOB RISCO PESSOAL E SOCI

Ação: 0030 - assistencia social as crianças e adolescentes sob risco pessoal ou social

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	75.245,30

Ação: 0031 - funcionamento do conselho tutelar

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	37.623,00

Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 0019 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Ação: 0028 - atividades de apoio administrativo

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 225.737,00

Programa: 0020 - PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Ação: 0029 - atividades de assistencia as familias em situação de risco social

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 210.680,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 549.285,30

Órgão: 08 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - EDUCAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0022 - COORDENACAO E ADMINISTRACAO GERAL DA EDUCACAO

Ação: 0032 - manutenção das atividades administrativas da educação

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 173.065,00

Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 0025 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ação: 0034 - Capacitação e habilitação dos professores

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 30.098,00

Ação: 0035 - Construção, ampliação, reforma e conservação da rede escolar de ensino fundamental



---

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	90.295,00

---

Ação: 0036 - implantação de laboratoriosde informatica

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	30.098,00

---

Ação: 0037 - valorização do magisterio

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	2.257.369,00

---

Ação: 0038 - manutenção geral do ensino fundamental

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	1.881.140,00

Programa: 0026 - PROGRAMA DE ALIMENTACAO ESCOLAR

---

Ação: 0039 - oferta da merenda escolar

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	300.982,00

Programa: 0027 - PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

---

Ação: 0040 - oferta do transporte escolar

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	421.375,00

Programa: 0028 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

---

Ação: 0041 - transferencia de recursos as escolas

Unidade de medida: %	Quantidade 2010:	1
	Valor total:	75.245,00

---

Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL

---

Programa: 0029 - PROGRAMA DE EDUCACAO INFANTIL



Ação: 0042 - manutenção das atividades de ensino infantil

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 112.868,00

Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Programa: 0030 - PROGRAMA DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS

Ação: 0043 - manutencao das atividades da educação de jovens e adultos

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 180.589,00

Função: 13 - CULTURA

Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 0023 - MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA

Ação: 0033 - fomento e apoio a cultura

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 105.344,00

Programa: 0031 - PROGRAMA DE APOIO AS MANIFESTACOES CULTURAIS

Ação: 0044 - apoio a formação cultural

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 105.344,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 5.763.812,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE SAUDE FMS

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0034 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Ação: 0049 - apoio administrativo

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 75.245,00

Função: 10 - SAÚDE

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0032 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Ação: 0045 - funcionamento da secretaria de saúde / FMS

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 300.982,00

Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 0033 - PROGRAMA DE ATENCAO BASICA DE SAUDE

Ação: 0046 - manutenção dos serviços do PSF

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 978.192,00

Ação: 0047 - funcionamento da rede básica de saúde

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 1.504.912,00

Ação: 0048 - ampliação e reforma das unidades básicas de saúde

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 150.491,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 3.009.822,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA

Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSO

Programa: 0035 - PROGRAMA DE JUVENTUDE E CIDADANIA

Ação: 0050 - mobilização da juventude

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 82.769,00

Função: 27 - DESPORTO E LAZER

Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO

Programa: 0036 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

Ação: 0051 - atividades esportivas e de lazer

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 90.295,00

Ação: 0052 - construção de quadras esportivas

Unidade de medida: %

Quantidade 2010: 1  
Valor total: 82.768,00

TOTAL DO ÓRGÃO \_\_\_\_\_ Valor 2010 255.832,00

TOTAL GERAL \_\_\_\_\_ Valor 2010 14.523.055,30

*Adriana*